

ARTIGO DE REVISÃO

A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE PÚBLICA

DOI: 10.5281/zenodo.15653748

Paulo Roberto Teixeira da Silva

Doutorando em Educação
Universidad San Carlos

Marlucia Bandeira Rodrigues Ramos

Doutoranda em Educação
Universidad San Carlos

Ivonei Gomes Marinho

Doutorando em Educação
Universidad San Carlos

Jerry Gleison Salgueiro Fidanza Vasconcelos

Doutorando em Educação
Universidad San Carlos

Rita de Cassia Barbosa Arouca

Doutoranda em Educação
Universidad San Carlos

Claudio Teles Santana

Doutorando em Educação
Universidad San Carlos



RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a análise da prática docente na Educação Infantil. Por meio deste, foi possível identificar como é entendido o cuidar e o educar pelos profissionais que atuam neste nível de educação básica, bem como suas práticas reflexivas, teorias e concepções sobre o ensinar e o aprender, relacionados ao desenvolvimento integral da criança de 0 e 5 anos. A referência para o educador que trabalha com esta modalidade de ensino da educação básica deve ser o cuidar sem o assistencialismo e o direito de educar e não, a precoce escolarização. Nas escolas infantis, o foco principal deve ser a criança pequena e não um adulto em miniatura.

Palavras-Chave: Educação Infantil, Prática Docente, Cuidar e Educar.

ABSTRACT

This work has as object of study the analysis of the teaching practice in Early Childhood Education. Through this, it was possible to identify how care and education are understood by professionals working at this level of basic education, as well as their reflective practices, theories and conceptions about teaching and learning related to the integral development of the child of 0 and 5 years. The reference for the educator who works with this modality of basic education education should be the care without the assistance and the right to educate and not, the early schooling. In children's schools, the main focus should be the small child and not a miniature adult.

Keywords: Child Education, Teaching, Caring and Educating

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é verificarmos a Prática Docente do Professor que atua na Educação Infantil, bem como os desafios enfrentados pelo educador nesta modalidade de ensino.

Atualmente, na educação infantil, o cuidar perdeu sua forma assistencialista, dando os direitos legais ao educar com qualidade, mas ainda está cristalizado na maneira de agir de alguns professores os quais consideram que a criança é um adulto em miniatura e deve ser tratada como tal.



Por meio destes questionamentos, observamos as transformações e contradições presentes na sociedade atual, bem como as cobranças que refletem na prática pedagógica e também na ação do professor no seu dia a dia.

Com o objetivo primordial de interligar os assuntos referentes ao “cuidar e educar”, usamos de forma metodológica as teorias dos psicólogos e educadores, juntamente com as dos historiadores e especialistas em Educação Infantil.

O educador infantil deve ter uma pedagogia distinta dos níveis educacionais subsequentes, deve ter a compreensão de que a educação infantil não é uma pré-escolarização e sim uma etapa de socialização e adaptação com a cultura e com a sociedade em que a criança está inserida.

Buscaram-se com esta pesquisa, elementos que subsidiassem as nossas reflexões teóricas do referido TCC.

Neste contexto, o desenvolvimento da origem deste trabalho resultara em três capítulos.

No primeiro capítulo mostraram-se os processos históricos e seus avanços, além do resultado da luta para uma Educação de qualidade, protegida por Leis e Direitos.

No segundo, apresentou-se a parte teórica, voltada a Prática Docente e o desenvolvimento da criança na Educação Infantil

No terceiro e último capítulo, o destaque será a pesquisa de campo e o resultado dos questionários, os quais desencadearam as observações feitas pelo grupo. Será possível comprovar como está a prática pedagógica do professor na Educação Infantil.

1.1 Objetivos gerais

Objetiva-se apresentar um breve histórico do desenvolvimento das principais ideias que nortearam nossos pensamentos para, em seguida, apresentar a gênese da educação brasileira, ou seja, resgatar alguns elementos empregados na educação infantil e seus desdobramentos.

1.2 Objetivos específicos



Destacar a importância da fundamentação do docente e de sua relevância para que se fundamente um sistema de ensino eficiente nas suas principais atribuições de capacitar os alunos da educação infantil.

Neste sentido pretende-se estabelecer uma relação entre docente e alunos em busca do desenvolvimento do mesmo.

1.3 Justificativa

O presente trabalho tem a concepção de dialogar os pensamentos Freire (2002), Ferreiro (2011), Rousseau (2007), Oliveira (2002), entre outros. Em busca de compreender o contexto da educação infantil e os seus desdobramentos na pedagógica, e a importância do uso da literatura na educação infantil.

1.4 Problema

Instigada e motivada pela busca e compreensão sobre a importância dos meios pedagógicos e literários, questiona-se se havia algum indicio cultural que pode influenciar o desenvolvimento alunos na educação infantil?

1.1 PERCURSOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL, SUA EVOLUÇÃO E DESAFIOS.

Neste capítulo, analisou-se a história da Educação Infantil e também quais são as leis e os parâmetros que são voltados para esta etapa da educação básica.

Nos registros da história, as primeiras escolas de Educação Infantil surgiram por volta do ano de 1769, vinculada a uma pequena Paróquia na cidade de Ban La Roche, região da Alcácia. O objetivo desta primeira escola era “adestrar” a criança, fazendo-a valorizar a obediência, a verdade, a ordem e a bondade. Em relação aos conhecimentos, bastava aprender as letras minúsculas, soletrar palavras corretamente e adquirir as primeiras noções de moral e religião.



Em Londres, as classes infantis para crianças de 2 a 6 anos foram criadas depois que Robert Owen inseriu para os trabalhadores de sua fábrica uma escola para adultos. O educador Samuel Winderpin (trabalhava nesta escola de adultos) gostou muito da idéia e fundou a Infant School Society também na capital inglesa. Em 1824, sistematizada com propostas bem aceitas pela sociedade, passou a ter o nome de Escola Infantil.

O atendimento era para crianças de 2 a 11 anos, o Método Lancaster¹ (os melhores alunos auxiliavam o professor a ensinar os menos avançados) era utilizado pelos professores.

Em 1828, na França as salas de ensino, que até então se chamavam “salas de asilo”, foram renomeadas e receberam o nome de Escolas Maternais, tendo como modelo a pedagogia da Infant School, da Inglaterra.

Os espaços eram divididos em comum para as diferentes faixas etárias das crianças; o ambiente tinha presença marcante dos símbolos religiosos, ou seja, os crucifixos dividiam lugar com as figuras geométricas e com as letras do alfabeto nas paredes.

Em 1844, em Paris, surge a primeira creche, com atendimento de crianças menores de 3 anos. A preocupação era valorizar os aspectos lúdicos que ajudassem na formação da personalidade da criança.

Segundo relatos de Khmann Jr. (1988, p.15), o criador da primeira creche (manjedoura em francês) foi o advogado e filantropo Firmin Marbeau.

O marco da experiência que transformou a Educação Infantil ocorreu no ano de 1837, na Alemanha (Blankenburg); o educador Froebel deu início a uma escola voltada especialmente a crianças de 1 a 7 anos. Depois de três anos (1840), foi batizado como.

Esse método foi utilizado no Brasil após a introdução da Lei que criou as Escolas de Primeiras Letras em 1827, já no primeiro Império.

Kindergarden ou Jardim de Infância mostrando a visão de Froebel em relação a infância e a educação de crianças tão pequenas.

Usando um antigo galpão de uma fábrica, ele fez deste espaço um lugar para estimular as principais formas de expressão da criança. Para ele, a criança é como uma planta em fase de crescimento que exige cuidados periódicos para crescer de maneira natural e saudável.



No Brasil, o primeiro Jardim de Infância foi inaugurado em 1875, no Estado do Rio de Janeiro, em um anexo junto ao Colégio Menezes Vieira. A instituição já funcionava sobre forte influência de Froebel.

Décadas depois, surgiram outros semelhantes no mesmo Estado e em 1896, foi a vez do Caetano de Campos (São Paulo). Até meados dos anos 20, espalhadas pelas capitais brasileiras as escolas de Educação Infantil tinham uma soma total de quase 50, entre creches e jardins.

Havia nestas escolas uma forte prática derivada da visão higienista, cuja assepsia no ambiente era voltada principalmente para os menores de 3 anos. O cuidador era responsável pelos valores morais, apresentação das regras do mundo adulto, intervir em brigas e situações de perigo físico e todos os cuidados gerais, como alimentá-los, dar banho, vesti-los, etc.

1.6 O CARÁTER ASSISTENCIALISTA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A idéia de Educação Infantil Assistencialista perpetuou-se por muitos anos no Brasil. A creche era só um lugar para deixar os filhos, enquanto as mães trabalhavam. E foi por causa da luta dessas mulheres trabalhadoras, que eram somente mães, mas também pessoas produtivas e necessárias para a sociedade, a qual crescia em função desta classe operaria.

Segundo Oliveira (2002):

“o fato dos filhos das operarias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternas e jardim de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois as mães ficavam satisfeitas e produziam melhor.” (p.18)

Em meados dos anos 70, havia uma espécie de trocas veladas: “cuide bem do meu filho e eu não criarei problemas”. As mulheres trabalhadoras desta época sabiam que



possuíam algumas vantagens em relação aos cuidados com seu filho pequeno. Elas se espelhavam nos movimentos feministas dos outros países, viam que surtiam efeitos e agiam da mesma maneira aqui.

A educação infantil passa a ser um direito de todas as mulheres trabalhadoras, independentemente da classe social. Devido a estes fatores, as instituições públicas atendiam as camadas mais populares em período integral, enquanto as instituições particulares funcionavam em meio turno, com uma proposta pedagógica muito melhor estruturada. Dava-se ênfase a socialização e a preparação para o ensino primário (atual fundamental I).

Essas instituições ganharam um foco diferente, gerador de uma preocupação relacionada ao bem estar social que não estava atendendo toda uma população da mesma maneira. Sendo assim, iniciou-se um processo de regulamentação para esse trabalho no âmbito da Lei.

1.7 DO ASSISTENCIALISMO AO DIREITO DE EDUCAR

A grande mudança da Educação Infantil aconteceu quase 100 anos depois da criação do primeiro jardim de infância no Brasil.

De 1875 até 1988, vários órgãos de amparo assistencialista e jurídicos para a infância foram criados. Todos tiveram grande importância para a Educação Infantil desta época (alguns ainda atualmente) e foram as vozes inconformadas destes órgãos, com o olhar voltado para a primeira infância, que fez a fagulha da pequena mudança na área Legislativa relacionada à Educação creche e pré-escola.

Na Constituição Federal de 1988, em 05 de Outubro, é declarado no seu art. 208 e inciso IV:

“O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a oferta de creches e pré escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade (EC nº53, de 19 de Dezembro de 2006, mudou para 5 anos a idade pré escolar. /Brasil, 1988 e 2006).”

Com a Lei Magna, a fragmentação da Educação Infantil deixou de existir, a creche e a pré-escola são incluídas na política educacional e segue com uma concepção



pedagógica voltada para cada faixa etária – 0 a 2 anos (creche) e de 3 a 5 anos (pré-escola) nos dias atuais.

A criança então é vista como um ser social, histórico e completo, em seus aspectos físicos, psicológicos e intelectuais. Mudou-se a forma de olhar para a infância. A Constituição contribuiu fortemente para ampliar a consciência social sobre a importância de todos os direitos da criança, principalmente o da educação, desde o seu nascimento.

Após dois anos da aprovação da Constituição Federal foi decretada a Lei 8.069/90, em concordância com o art. 227 da Carta Magna, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Ele insere e regulamenta, reafirmando a criança no mundo de direitos e proteção, conforme o art. 53 do cap. IV que diz: “A criança e o adolescente tem direito a educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa humana [...]” (Brasil, 1990)

O que acontece nesta fase da infância é marcante para o desenvolvimento futuro da criança. Tal afirmativa vinha sendo mostrada com grande força nas leis que eram criadas para a Educação.

Nos anos seguintes a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Ministério da Educação publicou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996, sendo que esta se torna então a Lei maior da Educação em nosso país.

Ao tratar da composição feita dos níveis escolares, a Educação Infantil é a primeira etapa da formação básica da criança; embora não obrigatória, é mais um direito adquirido por Lei.

Com estas novas características, é necessário destacar três aspectos que marcam essa modalidade educacional:

- Objetivo Social – está associado à questão da mulher;
- Objetivo Educativo – focar o desenvolvimento, conhecimentos e habilidades da criança;
- Objetivo Político- a criança tem cidadania, direito de falar e ser ouvida, de respeitar e de ser respeitada pelos outros. (Didonet, 2001)



Em 1998, foram publicados pelo Ministério da Educação documentos que contribuíram para a formulação de Diretrizes e Normas da Educação Infantil – “Subsídios para o credenciamento e o funcionamento da Educação Infantil” (Brasil, 1998 b) e, para contribuir com a implementação das práticas educativas de qualidade formulou-se o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (RCNEI, Brasil, 1998 a), como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).

A partir deste momento, a prática docente e a sua maneira de ser aplicada seguem padrões nacionais, focando sempre o desenvolvimento da criança, não só por meio de brincadeiras, mas por meio de situações pedagógicas orientadas.

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis, de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RCNEI, p. 23).

Educação e cuidado são considerados pelo RCNEI como indissociáveis nesta fase da vida.

Ainda neste mesmo ano (1988), o Conselho Nacional de Educação (CNE), aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI). Em 1999, foi a vez da formulação das Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Estes são os principais documentos que servem com instrumento de criação e avaliação para as propostas pedagógicas das áreas de Educação Infantil nos pais.

No ano seguinte, as Diretrizes Operacionais para a Educação Infantil foram aprovadas para dar novos parâmetros em relação aos vários aspectos no atendimento da qualidade da educação infantil pública ou privada.

Contudo, apesar de todos os avanços da legislação educacional relacionados com o desenvolvimento da criança em seus primeiros anos de vida, ainda havia (e há) muitas coisas a serem feitas para que fossem alcançados todos os objetivos propostos, visando uma Educação de qualidade total e igualitária. Com esta finalidade, foi estabelecida em 2001 a Lei



nº 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo metas para todos os níveis de ensino, cujos prazos terminarão no ano de 2010.

O Ministério da Educação, baseado em documentos anteriores, define 2006 o ano da Política Nacional da Educação Infantil, com as seguintes recomendações:

“a prática pedagógica considera os saberes produzidos no cotidiano por todos os sujeitos envolvidos no processo: crianças, professores, pais, comunidade e outros profissionais; Estados e Municípios elaborem ou adêquem seus planos de educação em consonância com a Política Nacional de Educação Infantil [...]; as instituições de Educação Infantil assegurem e divulguem iniciativas inovadoras, que levam ao avanço na produção de conhecimentos teóricos na área da educação infantil, sobre a infância e a prática pedagógica; reflexão coletiva sobre a prática pedagógica, com base nos conhecimentos historicamente produzidos, tanto pelas ciências quanto pela arte e pelos movimentos sociais, norteie as propostas de formação; os profissionais da instituição, as famílias, a comunidade e as crianças participem da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. (Brasil, 2006, p. 26)

Em conformidade com a Lei, a preparação e formação do profissional que atuaria nesta faixa etária (como não poderia deixar de ser), assume um novo papel que já havia sido relacionado com outras diretrizes criadas pelo MEC, tais como:

“...valorização do profissional da Educação Infantil como um elemento fundamental para a melhoria da qualidade do atendimento” (1994); e

“...as crianças precisam de educadores qualificados, articulados, capazes de explicitar a importância, o como e o porquê de sua prática”(1998).

Nesta perspectiva, ficou claro que a qualidade do ensino infantil seria uma continuidade da formação do professor e que só seria possível se o mesmo tivesse consciência do seu papel de educador e não mais de um “simples cuidador” de crianças pequenas, sendo um articulador com qualidades e competências e se lembrando sempre, conforme Kuhlmann Jr., que “não é a criança que precisa dominar conteúdos disciplinares, mas as pessoas que os educam” (1999, p.25).

A formação dos docentes para atuarem neste nível educacional, deve ser de nível superior (Lei 9.394/96 – LDB – art. 62), buscando sempre a capacitação em serviço e uma atualização constante, atentando-se as reais necessidades e transformações da sociedade em relação às questões sociais, econômicas e políticas.



A formação superior é exigida para que se tenha uma educação de qualidade, pois se espera do educador uma visão mais ampla e aberta, diferente dos educadores leigos de séculos atrás, que passaram por gerações reciclando os conceitos do cuidar.

Foi possível observarmos, com o decorrer da história, que a grande mudança para a Educação Infantil foi a “evolução do olhar”. Os educadores passam a ser responsáveis por sua formação, pensando sempre na formação dos educandos. Para que o professor tenha certeza que está no caminho certo ele tem que aliar e unir as dimensões do cuidar e educar, fazendo-as caminhar de forma inseparável. A criança, nesta fase educacional, deve ser bem instruída tanto quanto as do Ensino Fundamental.

Segundo Rousseau (Apud – Adrião, 2007):

[...] uma criança mal instruída encontra-se mais longe da sabedoria do que aquela que não recebeu nenhuma instrução. Vós vos preocupais ao vê-la gastar seus primeiros anos em não fazer nada? Como! Ser feliz será não fazer nada? Não será nada pular, correr, brincar o dia inteiro? Em toda a sua existência, não andará mais ocupada. (p.13)

Rousseau foi um educador e pensador a frente de seu tempo, visto que em pleno século XVIII já possuía uma prática e uma visão moderna que fazia pensar as necessidades e considerar os direitos destas crianças, sendo necessário deixá-las serem crianças.

Entretanto, o professor não caminha sozinho. De nada adianta ser um bom profissional se a escola que ele está inserido não cooperar para o bom desempenho do seu trabalho, e também a escola não produzirá os resultados esperados, se o Município não fizer a parte que lhe cabe. “as engrenagens da Educação Infantil só funcionam com o apoio de todos” (PNEI).

A Educação Infantil não é para ser um “depósito” de crianças que são deixadas por seus pais, desde muito pequenas, nas instituições escolares. “Aprender a se relacionar com os pais é fundamental. É preciso levá-los para dentro da escola, ouvi-los e aprender com eles. Ao mesmo tempo, deve-se deixar claro o papel de cada um na educação da criança” (Oliveira, 2002).

Trabalhar com corações e mentes em um período delicado da história pessoal das crianças, na qual ela se descobre como ser humano e constrói a sua identidade, tem uma



importância crucial, pois não sabendo como dialogar, precisa de alguém que advogue por ela: seus pais e professores.

Para o desenvolvimento total e integral da criança, a prática pedagogia do professor deve ser muito bem articulada com a teoria. A reflexão das mesmas, em conjunto, é que dará lugar a práxis dos saberes que o bom educador deve dominar.

Conforme alguns educadores e pensadores atuais (Freire, 2002 / Perrenoud, 1993), estes saberes estão divididos em:

- Disciplinares (conteúdos, procedimentos e atitudes);
- Curriculares (explícito, formal e oculto);
- Conhecimento da teoria (história e filosófica);
- Experiências (vivência profissional, convivência, formação contínua);
- Relacionamentos (com pares, alunos e famílias);
- Organização de espaços (em sala ou não);
- Escolha dos materiais didáticos;
- Concepções políticas.

Sendo assim, espera-se muito do professor e se esquecem das Faculdades de Pedagogia que têm as metodologias de ensino e prática mais voltados para o Ensino Fundamental I e a Gestão Educacional; poucos são os cursos que contêm metodologias práticas para a Educação Infantil. Este é um dos primeiros problemas enfrentados pelo educador que escolhe atuar nesta área do ensino básico.

O segundo fator está relacionado ao valor da remuneração. Sabe-se que no Brasil, ainda está culturalmente arraigado o conceito de subemprego em relação ao profissional de educação infantil. Os salários são bem menores se comparados aos dos professores de outras modalidades educacionais.

Tudo isso ocorre porque, infelizmente, algumas Leis estão atuando somente no papel. O art. 67 da LDB especifica em seus incisos III e IV, que visa promover a valorização deste profissional, dando-lhe um “piso salarial profissional” e “condições adequadas de trabalho”. Tudo muito superficial, porque não especifica um valor real e quais seriam estas condições.

A efetivação destas Leis depende de outros fatores que atuam em conjunto com as Leis Municipais, já que na Carta Magna em seu art. 30, inciso VI, é muito clara: “compete aos



Municípios [...] manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré escolar e de ensino fundamental” (Brasil, 1988). No art. 11 da LDB, inciso V diz que: “ Município realmente é responsável pela oferta em nível pré escolar, podendo dividir com os Estados a responsabilidade desta área educacional, mantendo, se quiser, uma forma integra de ensino, compondo com ele um sistema único de Educação em nível básico.”. Novamente encontra-esse uma falha na Lei, pois ser “oferecida pelo Município” ou “dar oferta”, não especifica quantidades. Portanto se o Município de Itapevi quiser ter somente uma creche, assim poderá fazer.

Este artigo torna se contrário ao que está escrito no PNE: “ A criança não está obrigada a freqüentar uma instituição de Educação Infantil, mas sempre que sua família deseje ou necessite, o Poder Público tem o dever de atendê-la” (2201, p. 9).

2 A RELAÇÃO QUE DEVE ESTABELEECER O PROFESSOR COM O ALUNO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O profissional da educação tem um papel fundamental na vida de uma criança; por meio do diálogo é que o educador estabelece com a criança uma relação não só de professor, mas também de amigo. Assim, o educando irá se sentir seguro e livre para desenvolver suas capacidades.

De acordo com Candau (1987), o mesmo diz que:

“ é fundamental que o professor construa vínculos a partir da interação com a criança, através do dialogo, respeitando a forma de se manifestar e a percebendo como um ser competente, sendo necessário que haja uma abertura por parte do professor para as múltiplas linguagens dos alunos, pois cabe ao educador levar em conta as características dos educando e reconhecer as necessidades infantis e seus direitos.”

O professor deve elaborar ações pedagógicas que envolvam o diálogo sobre todos os assuntos planejados durante o ano e estimular o contato direto com as crianças, facilitando o convívio entre aluno e docente, pois pelo meio das conversas, o educador pode detectar se há algum problema de ordem psicológica, possibilitando a busca de soluções para que não influam de forma negativa no processo de ensino/aprendizagem da criança.



O educador deve planejar atividades consistentes em valores éticos para a formação de um caráter íntegro da criança, o qual será útil por toda a vida, atentando-se sempre aos interesses dos alunos.

O desenvolvimento destes conceitos exige ainda mais do professor no momento de apresentar fazeres didáticos diferenciados a fim de assegurar a educação de crianças pequenas, de modo a envolver simultaneamente nos processos de educar e de se cuidar.

Lima (1992) afirma que:

“(...) mudanças são necessárias nas formas de ensinar, porém, isto não significa que precisemos inventar uma pedagogia absolutamente nova, porque vários aspectos dos processos necessários para a aprendizagem não se modificam. As atividades de estudo necessárias para a apropriação dos conhecimentos escolares não se modificam. É muito provável que tenhamos que intensificar mais ainda a utilização de algumas delas para atender as especificidades do desenvolvimento da criança de hoje.”

Com base nos dizeres acima, pode-se concluir que a Proposta Pedagógica dos professores que atuam na Educação Infantil deve procurar assegurar e oferecer mais oportunidades de aprendizagem, ou seja, de experiências educativas de qualidade, as quais dêem oportunidades às crianças pequenas em ter o contato com o mundo que as cerca e de sentir as diversas formas de expressão que nele ocorrem.

O professor deve permanecer aberto para entender o aluno, compreender o mundo da criança e a realidade em que ela vive, sendo preciso ler o aluno num sentido maior, fora do contexto didático, por meio de ser rascunho, de suas roupas, de suas diversas formas de linguagem.

Reforçando esta idéia, os indicadores de qualidade apresentados no documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (2006, p.1 e 2) apontam a criança, como ser competente para interagir e produzir cultura no meio em que se encontram. Nesta perspectiva, Vygotsky (1991, p.4) afirma que: “a interação social torna-se o espaço de constituição e de desenvolvimento da consciência do ser humano desde que nasce.”

2.1 COMO A ESCOLA PODE COLABORAR PARA A PRÁTICA DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Nos dados apontados pelo RCNEI (1988) indicam que o atendimento á criança de 0 a 5 anos de idade no Brasil, apresenta concepções muito divergentes ao longo da historia, no que se refere a sua função social, pois a maior parte dessas instituições surgiu para atender exclusivamente crianças de famílias com baixa renda, basicamente com intenção assistencialista.

Por este motivo, durante muitos anos houve aplicações orçamentárias insuficientes, escassez de recursos materiais, precariedade de instalações, formação insuficiente para os profissionais e um alto número de crianças por adulto.

Nesta introspectiva, Oliveira (2002) ressalta alguns pontos necessários que a escola, nos dias atuais, deve seguir para um pratica docente, uma vez que a educação exige que os professores sejam multifuncionais, não apenas educadores, mas psicólogos, pedagogos, filósofos, sociólogos, psicopedagogos, recreacionista e muito mais, a fim de que se possa desenvolver as habilidades e a confiança necessárias nas crianças.

Segundo a autora em epigrafe, podemos concluir que a escola tem de cumprir o seu papel para que a prática docente se realize e para isso, deve apresentar uma boa estrutura de base, sendo preciso ter classes limpas, com carteiras e cadeiras em bom estado, ter um espaço físico ideal e bem planejado, para abrigar uma escola e sempre pensar a partir das necessidades didáticas.

Além de possibilitar o acesso ao conhecimento, a escola deve priorizar que se tenha uma biblioteca atualizada, com livros e publicações periódicas, a fim de estimular o hábito de leitura e estudo entre professores e alunos. Deve ainda permitir o acesso a internet, para que possa criar acessibilidade para a prática docente e o contato do aluno com a informação, mesmo os da Educação Infantil.

A escola tem função de criar um ambiente institucional que propicie o desenvolvimento do professor e permita a sua prática; precisa ter canais permanentes de diálogo, de troca de experiências e discussão entre os docentes, orientadores e coordenadores.

Promover a formação continua também é uma das funções da escola. Para isto, a escola deve propiciar ao educando a realização de cursos, palestras e treinamentos orientados por seus educadores e por convidados, tendo alguns cuidados para não sobrecarregar e prejudicar as aulas e sua preparação para a sua prática na sala de aula. Por isto, é de suma importância, além de expandir a formação do aluno a todas as áreas do conhecimento que o



educador também realize cursos de extensão e aprimoramento, a fim de que possa estar sempre atualizado.

A escola deve estimular a formação acadêmica dos professores que conseguiram ou estão em busca de uma qualificação mais eficiente para exercer esta nova prática pedagógica dentro da instituição que trabalha. Assim, os educadores devem ser recompensados com melhores salários, investimentos para os cursos de pós-graduação, mestrado ou doutorado e flexibilidade na grade de aulas, a fim de que possam cumprir e concluir seus estudos.

A pesquisa apontada pela revista Educação também mostra a necessidade da escola treinar e educar o professor, para receber o retorno sobre seu trabalho. Barros (1999, p. 37) diz que: “o professor não é receptivo a crítica de suas ações. Caberia a instituição treiná-lo para “aprender ouvir” e buscar a melhoria contínua para sua prática docente.”

Cabe também a escola criar um plano de desenvolvimento individualizado a partir da avaliação das forças e fraquezas do professor. Com isso, a instituição poderá planejar o seu desenvolvimento ao longo do tempo, ajudando-o a preencher as brechas do conhecimento e a vencer grandes bloqueios comportamentais existentes no corpo docente do grupo escolar.

Nesta mesma visão, Freinet (1985) ressalta que a escola precisa de um conjunto de fatores, tais como: uma gestão democrática, professores comprometidos com a instituição escolar e alunos, a presença constante dos pais e o trabalho de todos os funcionários para uma escola bem organizada, além da busca constante por um só objetivo, que é o aprendizado e o desenvolvimento das crianças pequenas, para se formar cidadãos conscientes, críticos e totalmente letrados.

2.2 A LITERATURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A discussão a respeito da literatura na educação infantil passa por uma pergunta que é dinamizada, em qual momento deve começar o ensino de leitura e da escrita? Deve ou não ensinar a ler na pré-escola? Segundo Emília Ferrero (2011), a mesma faz uma crítica porque geralmente essa pergunta é mal colocada, sendo o pensamento da mesma. Ela refere-se que a resposta não pode ser afirmativa ou negativamente. Essa pergunta baseia-se que são adultos aqueles que decidem o que aprendido em sala de aula.



Há uma crítica direcionada à infraestrutura que os alunos são inseridos, porque os espaços são identificados por meios de desenhos, e os lápis são usados para desenhar, mas nunca para escrever. Ferrero (2011), menciona que o professor ao contar história, mas geralmente nunca lê em voz alta, tornando um problema de formação e orientação do professor. Quando a resposta for positiva compartilhando o pensamento de Ferrero (2011), usando a resposta afirmativa, vemos na sala do primeiro ano do primário, o docente passa a seguir um modelo tradicional em suas práticas, exercício de controle motriz e discriminação perceptiva, reconhecimento e cópia de letras, sílabas ou palavras, repetições em coro e nenhum uso funcional da língua escrita. Ferrero ressalta que a criança aprende por meio do seu entorno social ao ordenar números e objetos variados. Na qual a representação de objetos é algo importante para a compreensão. Da mesma forma, Ferrero descreve que a criança inicia o seu aprendizado do sistema de escrita, por meio da paisagem urbana, usando como pressuposto a vida cotidiana que ressalta como “urbana” que impulsionar o uso da leitura. As crianças urbanas de 5 anos geralmente já sabem distinguir entre escrever e desenhar, expostas ao complexo de conjunto de representações simbólicas. Ou seja, as mesmas são capazes de distinguir o que é chamado de desenha e o que é chamado de letras. Desde cedo as crianças urbanas recebem informações que são direcionadas à elas.

- a) a informação que recebem dos próprios textos, nos contextos em que aparecem em livros, jornais, cartazes de supermercados, imagens de brinquedos, alimentos e roupas, TV e etc.
- b) informações destinadas a elas mesmas, quando alguém lhes lê uma história, ou quando é responde às suas perguntas.
- c) Informação recebida quando participa de atos sociais que envolvam o ato de ler e escrever.

Segundo Ferrero (2011), em vez de nos perguntarmos se devemos ou não devemos ensinar. Temos que nos preocupar em dar às crianças ocasiões de aprender. Ela ressalta que a língua escrita é muito mais que um conjunto de formas gráficas, é um modo de a



língua existir, é um objeto social, ou seja faz parte de um patrimônio cultural, segundo Ferrero.

3 A PRÁTICA DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ANÁLISE DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE PÚBLICA

Neste terceiro capítulo, orientando-se pelas idéias de pensadores do passado, vem como dos atuais, elegemos duas categorias de análise quanto ao cuidar e ao educar do docente em sua prática pedagógica e quanto ao suporte que as escolas oferecem ao professor para o exercício de sua prática educativa na educação infantil.

Sintetizou-se o que foi observado e questionado aos docentes durante a pesquisa de campo, levando-se em consideração a sua prática e como ocorre de fato esse processo educativo para o desenvolvimento integral da criança, ou seja, se o mesmo acontece de acordo com a literatura e amparado pela legislação e documentos oficiais pesquisados.

A escola foi escolhida devido ao fato de ter livre acesso ao que realmente queria-se analisar, além de não se ter apresentado nenhuma objeção por parte da instituição e da Secretaria de Educação da cidade quanto ao objetivo da pesquisa

Apesar da pesquisa de campo ter sido realizada em uma única escola, teve-se acesso a todas as dependências da instituição e toda documentação tais como: Projeto Pedagógico, Planejamento, Plano Gestor e Plano de Desenvolvimento da Educação.

Durante a pesquisa, observa-se e questiona-se a metodologia do professor e para isso, nos valem da troca de experiências com docentes que atuam na Educação Infantil, a qual foi de muita relevância, pois foi possível sanar muitas dúvidas que tivemos antes de iniciar o trabalho de campo.

Para realização dessa pesquisa, teve-se a prudência de não copiar estereótipos, algo que muitas vezes acontece em análise de caso quanto à observação e questionamentos no cotidiano do trabalho docente. Fez-se uma aliança entre as teorias apresentadas no primeiro e segundo capítulos a prática do cotidiano do professor pesquisado, o que se apresentou surpreendentemente diferente ao que de fato buscava-se na pesquisa.



3.1 CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

A pesquisa foi realizada na Creche Municipal Santa Catarina, situada na Rua: Santa Catarina, número 181, Morro Brando, Itaquaquecetuba-SP. Todavia, esta escola recebe alunos de vários bairros vizinhos menos populosos e carentes de creche.

A creche foi fundada em 29/01/1983, surgindo da necessidade de atender a comunidade, evitando assim, a migração para outros bairros situando-se num bairro com características interiorano mediamente populoso, com habitantes de origem humilde, que vem apresentando progresso ao longo dos últimos anos.

O nível socioeconômico da comunidade é médio-baixo, as casas na qual os alunos residem são modestas com pequenos quintais, outros moram em áreas verdes de antigos sítios que formaram o bairro. A rede de esgoto é satisfatória na área projetada do bairro, exceto nas áreas de sítio, dificultando assim a higiene o que coloca os moradores em risco de morte.

A escola é composta por uma diretora que atua há 2 anos na área do magistério, um coordenadora atuante há 4 anos como professora e há 2 anos como coordenadora, 14 professoras, 13 auxiliares de creche sendo 3 bolsistas e 10 concursadas.

As professoras que lecionam nessa escola possuem nível superior em pedagogia ou magistério, alguns estão cursando ou concluindo pós-graduação. A unidade escolar atende das 07h00 às 17h00, nas modalidades berçário I e II período integral, infantil II, III e IV período integral, sendo que o berçário II possui uma sala que funciona em dois períodos: das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00.

A instituição conta com 172 alunos matriculados com capacidade para 190, atendendo a faixa etária de 4 meses a 4 anos. Cada sala possui por volta de 16 a 35 alunos, as crianças são atendidas por uma professora e uma auxiliar, sendo o berçário com dois auxiliares. Possui ainda, sala dos professores, sala do diretor, almoxarifado e um refeitório.

A unidade escolar apresenta um mobiliário adequado, mas ainda não é sua totalidade para contemplar o atendimento das crianças pequenas. Pudemos observar que a instituição disponibiliza de mesas e carteiras adaptadas nas salas de aula no refeitório o



preparo da alimentação é por conta da empresa terceirizada e é feito de maneira segura, pois são preparados com acompanhamento de uma nutricionista, que recolhe os alimentos para as análises e investiga como está a alimentação das crianças.

3.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO RESPONDIDO NA PESQUISA DE CAMPO

Formulou-se este questionário conforme as dúvidas que foram surgindo no decorrer das pesquisas bibliográficas. Seriam necessárias respostas abertas, visto que as chances de respostas reais seriam mais concretas. Além disto, pode-se qualitativamente ter os dados necessários para os índices quantitativos.

3.2.1 QUESTIONÁRIO APRESENTADO NA PESQUISA DE CAMPO

Cada questão procura pesquisar e obter uma resposta objetiva, segundo as categorias com as quais guiou esse trabalho e cita-se até o presente momento, ou seja, a prática docente é fundamentada no educar ou cuidar e o suporte que a escola oferece para o exercício desta prática.

Este questionário foi respondido por 10 professoras voluntárias durante o HTPC (horário de trabalho pedagógico coordenado). Os nomes das docentes serão preservados.

As respostas das docentes foram analisadas e registradas estatisticamente (gráfico), seguida de uma reflexão comentada sobre o resultado dos questionários.

As professoras foram convidadas a responder um questionário com 10 questões e mediante suas respostas, refletimos sobre a sua prática em sala de aula. Abaixo segue o questionário aplicado as 10 professoras voluntárias e também um cabeçalho que foi utilizado para definir o perfil do educador entrevistado.



Questionário

Instiruição: _____
Nome: _____ Idade: _____
Sexo: _____ Estado civil: _____
Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____
Formação Acadêmica: _____
Tempo de Atuação no Magistério: _____
Nível de Atuação: _____

- 1- Por que leciona na Educação Infantil?
 - a- Gosta de lecionar.
 - b- Aprende lecionando.
 - c- Adquiri experiência.

- 2- Como trabalhar os conhecimentos que as crianças já possuem e valorizá-los, assegurando-lhes a aquisição de novos?
 - a- Respeitando o conhecimento prévio da criança.
 - b- Estimulação.
 - c- Trabalhar a vivencia do cotidiano.

- 3- Como ajudar as crianças a desenvolver atitudes de curiosidade e critica, tendo em vista conquistar autonomia e lhes permitir sucesso em sua trajetória escolar?
 - a- Inovação.
 - b- Atividade problematizadora.
 - c- Participação ativa da criança.

- 4- Com você trabalha o conhecimento de forma integrada com a criança na Educação Infantil?
 - a- De forma interdisciplinar.
 - b- Valorizando o conhecimento da criança.
 - c- Conforme a necessidade da sala.



- 5-** Você, enquanto educadora, considera que a escola lhe proporciona recursos suficientes para uma prática de qualidade e que atenda a faixa etária ou as necessidades da Educação Infantil?
- a- Não disponibiliza.
 - b- Sim disponibiliza.
 - c- Disponibiliza o mínimo.
- 6-** Tempo que atua na Educação Infantil?
- a- De 2 a 5 anos.
 - b- De 5 a 10 anos.
 - c- De 10 a 15 anos.
- 7-** Como está voltada a sua prática pedagógica na Educação Infantil: para o “cuidar” ou para o “educar”?
- a- Cuidar.
 - b- Educar.
 - c- Cuidar e educar.
- 8-** O que você julga necessário e importante para sua eficaz pratica na Educação Infantil?
- a- Infra-estrutura.
 - b- Organização pedagógica.
 - c- Formação continuada e atualização.
- 9-** O que, enquanto educadora, você pensa a respeito de uma pré-escolarização na Educação Infantil?
- a- Importante, pois a criança deve ser estimulada na primeira infância.
 - b- Essencial, pois a pré-escolarização é a base de tudo.
 - c- Relevante, pois a creche é mais assistencialista.
- 10-** Segundo Arroyo (2005), “Estamos em um momento em que a concepção de infância esta mudando muito”. Por que você acha que isto acontece?



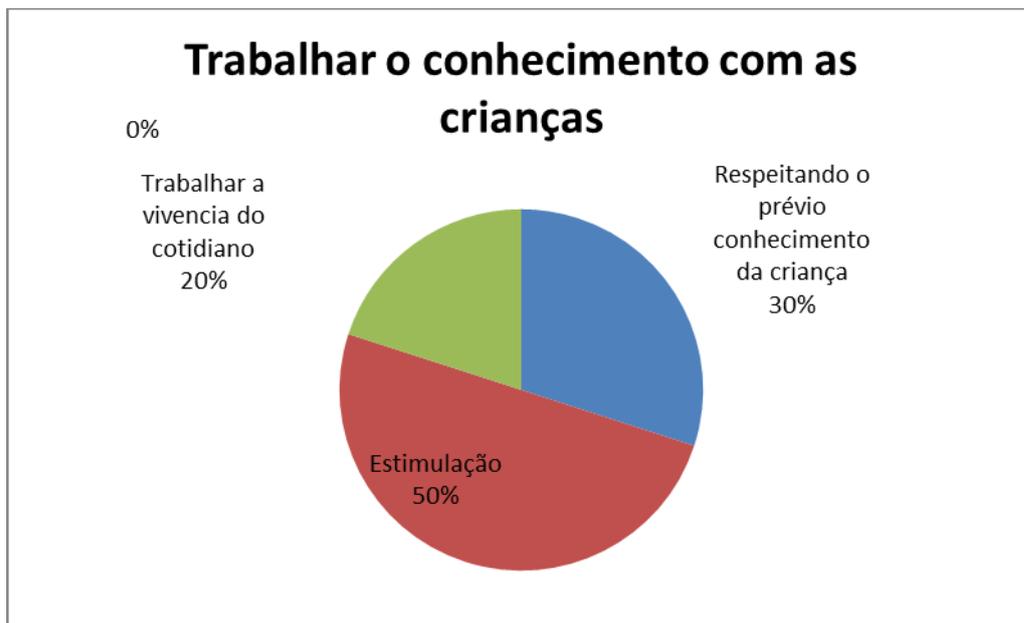
- a- A criança passou a ser um sujeito social.
- b- Ausência da família.
- c- Mudanças no perfil cultural familiar.

3.2.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO

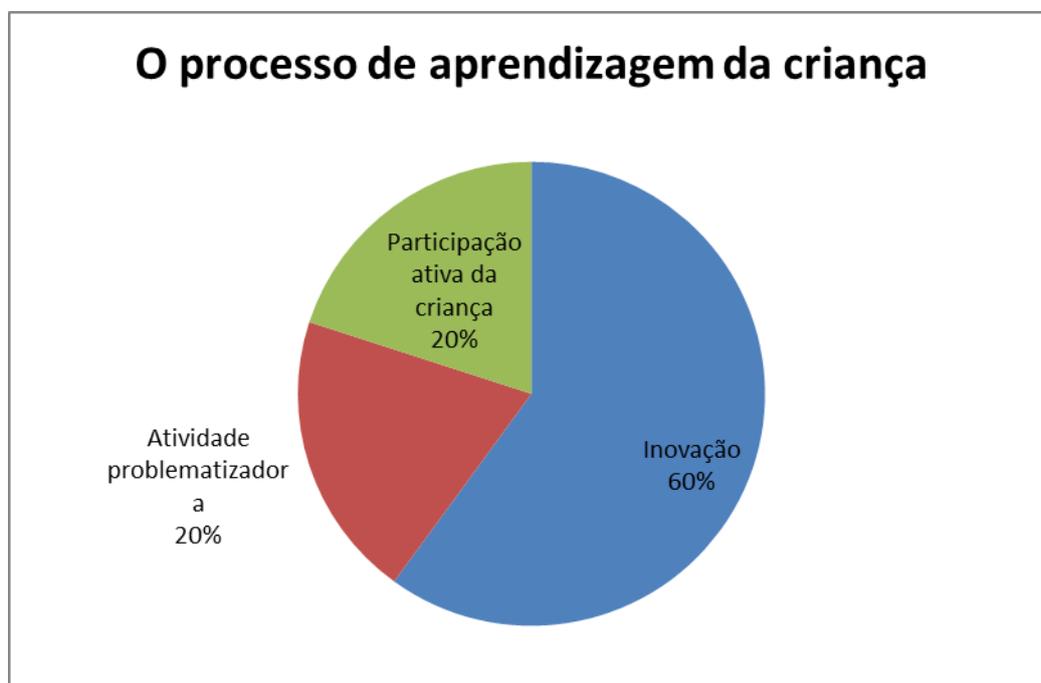
1- Por que leciona na Educação Infantil?



2- Como trabalhar os conhecimentos que as crianças já possuem e valorizá-los, assegurando-lhes a aquisição de novos?

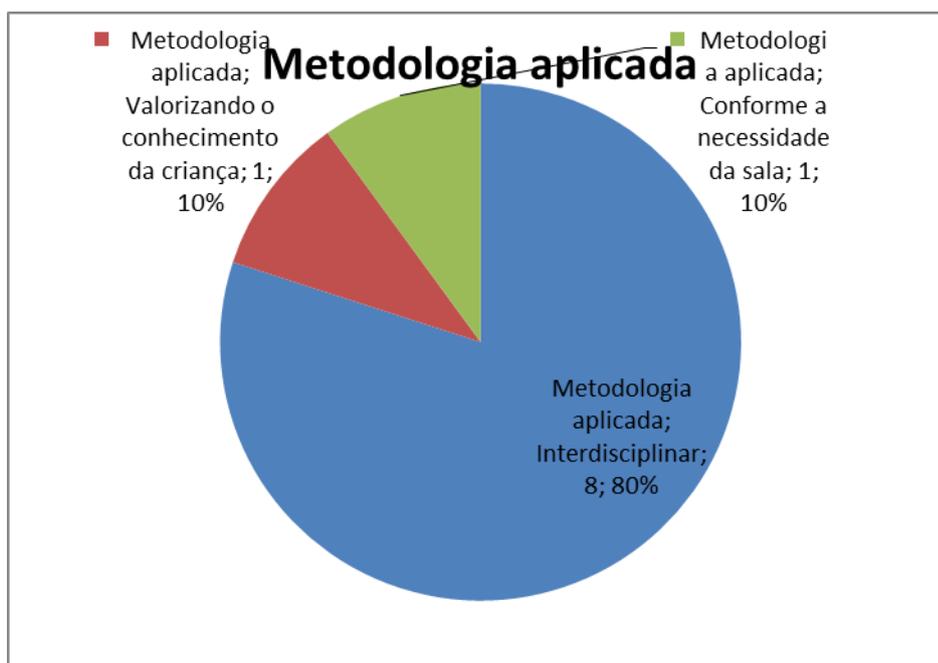


3- Como ajudar as crianças a desenvolver atitudes de curiosidade e crítica, tendo em vista conquistar autonomia e lhes permitir sucesso em sua trajetória escolar?





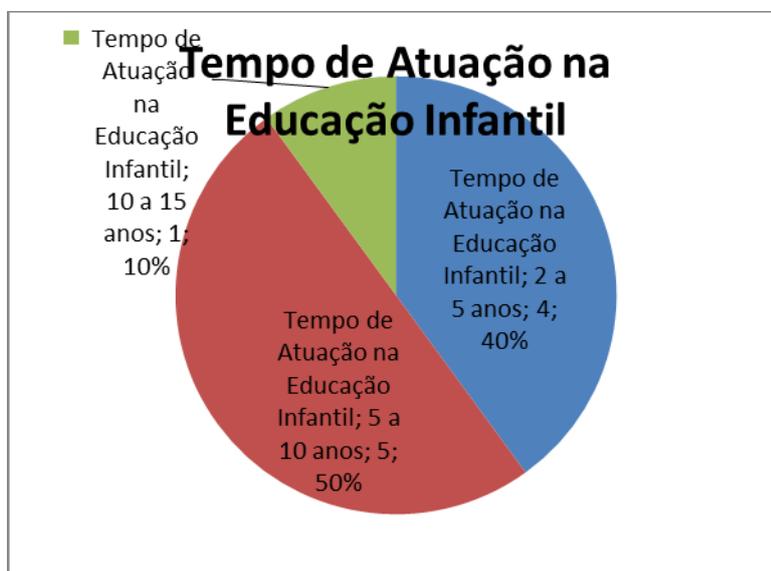
4- Com você trabalha o conhecimento de forma integrada com a criança na Educação Infantil?



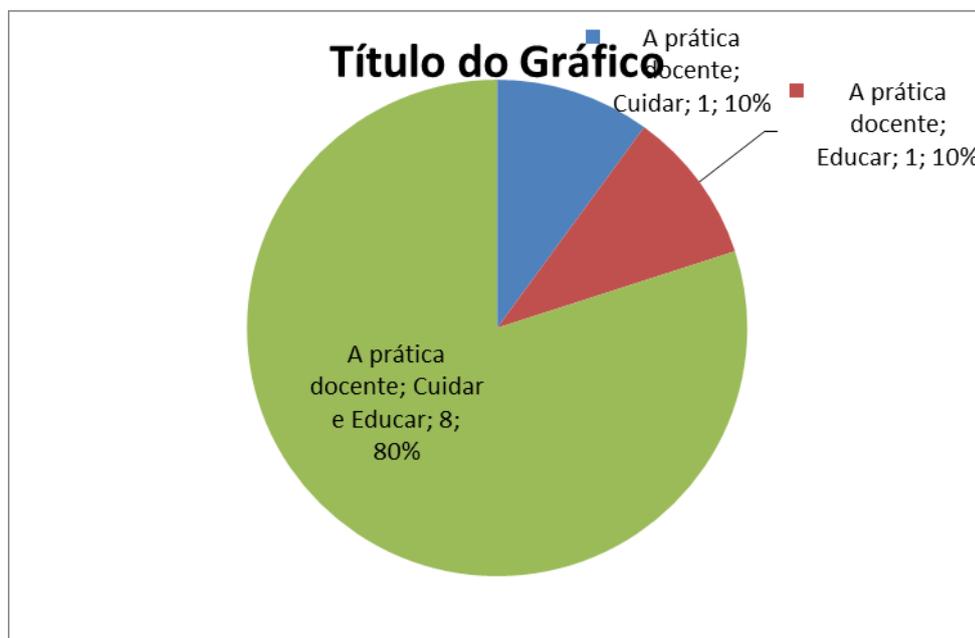
5. Você, enquanto educadora, considera que a escola lhe proporciona recursos suficientes para uma prática de qualidade e que atenda a faixa etária ou as necessidades da Educação Infantil?



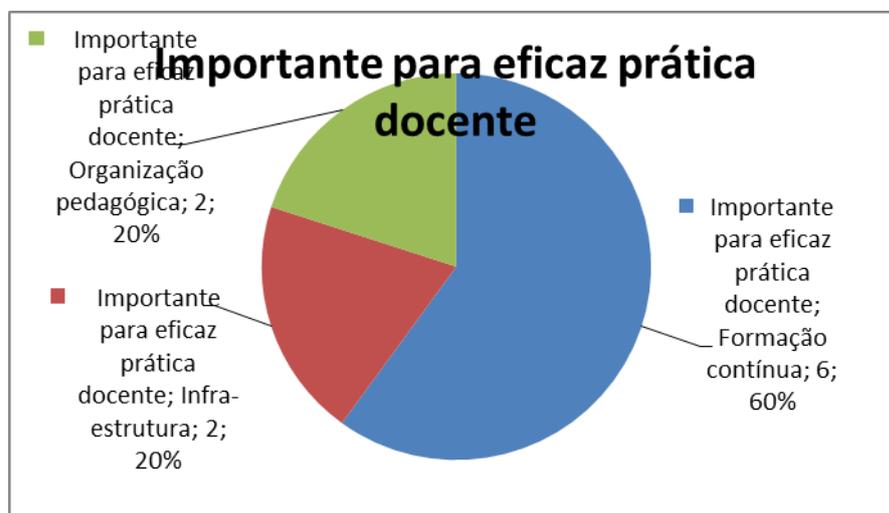
6. Tempo que atua na Educação Infantil?



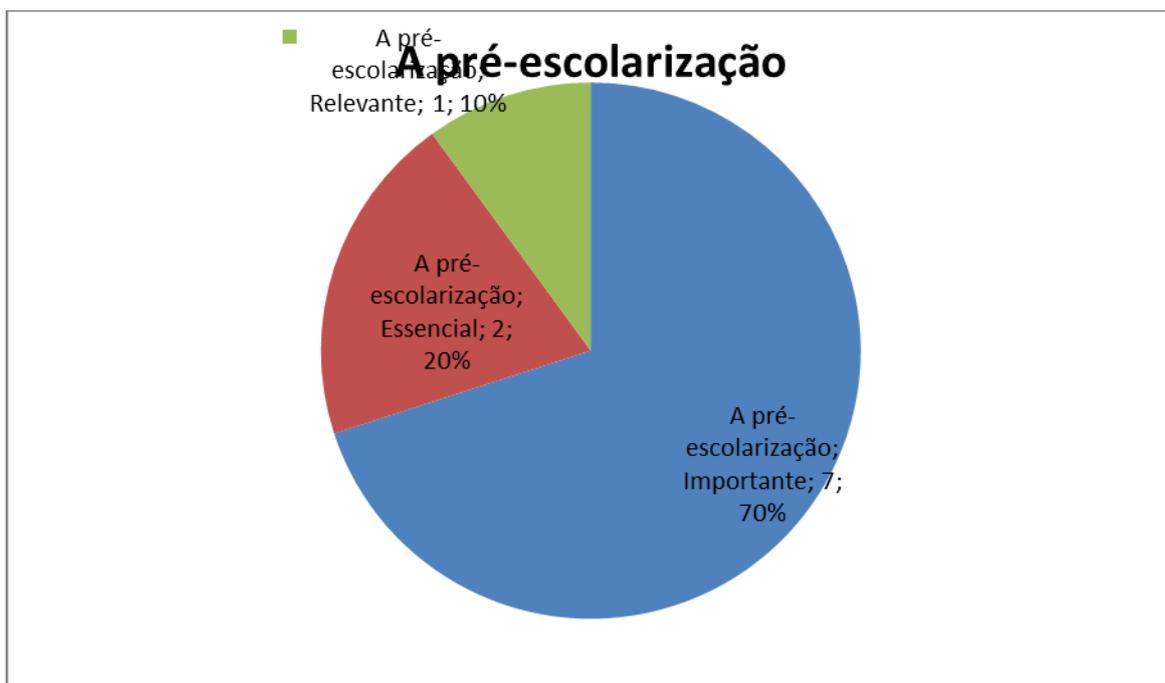
7. Como está voltada a sua prática pedagógica na Educação Infantil: para o “cuidar” ou para o “educar”?



8- O que você julga necessário e importante para sua eficaz pratica na Educação Infantil?



9. O que, enquanto educadora, você pensa a respeito de uma pré-escolarização na Educação Infantil?



10. Segundo Arroyo (2005), “Estamos em um momento em que a concepção de infância esta mudando muito”. Por que você acha que isto acontece?





3.2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DADOS APONTADOS NO QUESTIONÁRIO

Com variadas opiniões e respostas resultantes deste questionário, faz-se necessário a contextualização das respostas, a fim de que se tenha uma visão geral de como é pensada a prática docente dos professores da Educação Infantil.

“Porque gostamos” (60%), foi a resposta mais dada pelas professoras, no entanto, é uma resposta muito vaga, visto que o leque de interpretações torna-se muito amplo, como por exemplo: gosto porque é mais “fácil” de trabalhar, pois o cuidar é menos exigente e a cobrança por resultados visíveis é bem menor se comparada ao Ensino Fundamental, ou é porque as relações na infância são permeadas pela emoção e a chantagem afetiva funciona melhor com os pequenos. A verdadeira resposta, que deveria estar presente em relação ao lecionar para esta faixa etária, teria que ser: “temos esperança”.

Quando Froebel (1840) pensou nos jardins de infância, pensava na criança delicada como uma flor e que exigiria os cuidados que a planta recebe e necessita para continuar sua existência.

As professoras deixaram bem claro que a interdisciplina (80%) permeia o ambiente, não buscam soluções prontas, todavia buscam respostas na vivência das crianças em relação ao mundo que as cerca, respeitando-se a individualidade de cada uma.

Na medida do possível procuram conduzir, com a prática pedagógica que possuem fazer dos recursos mínimos que o Governo Municipal disponibiliza o máximo por seus educandos. É nítida que ainda em pleno século XXI, o modo assistencialista está diretamente ligado a Educação Infantil e como plantas de jardins, as crianças recebem água e sol.

Pensar em uma prática pedagógica de qualidade à Educação Infantil requer o trabalho mais voltado às crianças. O professor deve compreender a aprender a falar às crianças, é necessário estar atento a fim de escutar a voz das mesmas, pois só assim será possível trabalhar em harmonia.



Buscar capacitações (60%) em cursos relacionados à área de atuação também é importante, para que haja reflexão e planejamento de como será a “educação cuidada” das crianças que passarão por suas vidas.

O profissional da Educação Infantil percebe que as concepções da infância mudam rapidamente. A cultura muda as pessoas e todo contexto relacionado à infância também, deixando lacunas e questões sobre as possibilidades de um tempo e de um lugar para infância como direito adquirido por Lei às crianças.

Não há como acelerar este período da vida de uma criança, pois por mais influencias que ela receba do meio que está inserida, ela continuará sendo criança em sua essência e forma de viver. Portanto, todo o ensino deve ter fundamentos não voltados para uma pré-escolarização e sim para o valor de ser humano mesmo tão pequeno. O distanciamento entre a teoria e a pratica, o real e o fictício, o papel e o discurso, o profissional e o leigo, é o que deva a Educação Infantil para um nível de perdas elevadas, na qual quem perde é a própria humanidade. Criança com infância roubada tem um potencial altíssimo de ser um adulto desalmado. Os professores do primeiro nível de educação básica utilizam, de fato, a prática da precoce escolarização, conforme as respostas da questão 9, 90% são a favor do essencial e importante, ler e escrever desde o berço.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao pesquisar a prática docente na Educação Infantil, queria-se também fazer uma análise de como será a práxis ao término do curso.

Partindo desta idéia, considera-se que a prática pedagógica faz-se com a aquisição de novas experiências teóricas junto da apropriação das práticas já existentes, construindo assim, um saber-fazer de qualidade.

Neste contexto, conforme as Leis vigentes no nosso País, a formação profissional do educador infantil faz-se no curso superior de Pedagogia. Portanto, deveriam ser mais focada as metodologias educacionais para primeira infância e não somente para os primeiros cinco anos do Ensino Fundamental I.

Sendo assim, pode-se entender um novo dado que se destacou em nessa pesquisa de campo. O porquê da precoce escolarização neste nível educacional.

Os cursos de Pedagogia deixaram lacunas na formação dos professores questionados e o pouco do referencial teórico apresentado não trouxe clareza sobre o que ensinar às crianças tão pequenas.

Compreende-se que formar um professor é muito fácil. Difícil é construir uma prática pedagógica comprometida com resultados à “criança real”, e não a idealizada pela sociedade, aquela ”criança perfeita”, que saberá ler e escrever desde o nascimento.

Por fim, gostaríamos de dizer que a prática docente na Educação Infantil tem enormes desafios a serem vencidos. Quando isto acontecer, servirá não só para a criação de uma visão mais ampla e respeitosa relacionada à primeira infância, como também mudará a forma cultural do tratamento familiar que é imposto aos educadores deste nível educacional. Os “tios” e “tias” se tornarão grandes mestres.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CANDAU, Vera Maria. **A didática e a formação dos educadores**. Da exaltação à negação: a busca da relevância. In: CANDAU, Vera M. (org.). *A didática em questão*. Petrópolis, RJ. Vozes, 1983 p. 13-24.
- FREINET, C. **A pedagogia do bom senso**. SP. Martins Fontes, 1985.
- LIMA, Elvira S. **A atividade da criança na idade pré-escolar**. Serie idéias nº 10. São Paulo: FDE, 1992, p.17-23.
- PIAGET, J. **Psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Diefel, 1978/ PIAGET, J. **Psicologia e Pedagogia**. RJ. : Cia Forense, 1970.
- RCNEI. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984, p.114, 117/ VYGOTSKY, Leontiv Lúria – **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. Scipione, RJ. 1998.
- WALON, Henri. **As origens do pensamento na criança**. São Paulo: Manole, 1989.
- ADRIÃO (organizadores), **Gestão, financiamento e direito à educação – 3ª Ed.** / 2007, Editora Xamã – São Paulo.
- ADRIÃO (organizadores), **Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB**.
- BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8.089, julho de 1990, Art. 53.
- DIDONET, Vital. **Creche: a que veio e para onde vai**. Em aberto, INEP / 2001.



OLIVEIRA, Zilma de R. **Educação Infantil: fundamentos e métodos**. Editora Cortez, 2002, São Paulo.

PERRENOUD, P. Das práticas **que fundamentam a Educação**. Editora Artmed, 1993, Porto Alegre.